

DOIS MODELOS DE *PARLAMENTO JOVEM*: uma leitura de seu funcionamento como letramento político¹

Rildo Cosson*

RESUMO

Promovidas por casas legislativas e outras instituições em todo o mundo, as simulações de atividades parlamentares são, por sua natureza, um instrumento privilegiado de educação para a democracia e de engajamento do público escolar nas questões políticas de sua sociedade. No Brasil, com o nome de Parlamento Jovem, a Escola do Legislativo de Minas Gerais e a Assembléia Legislativa de São Paulo realizam duas formas diferenciadas e aparentemente opostas de simulação parlamentar. A análise dessas simulações em uma perspectiva comparada mostra que, a despeito das diferenças, há um objetivo comum a ser compartilhado: o letramento político. É para preservar esse objetivo que se propõe uma leitura do horizonte teórico e metodológico dessas duas simulações.

Palavras-chave: Parlamento Jovem. Educação para Democracia. Letramento Político.

ABSTRACT

Produced by legislative houses and other institutions around the world, the simulations of parliamentary activities are, by their nature, a privileged tool of education for democracy and engagement of students of all levels in the political issues of their society. In Brazil, with the same name of Youth Parliament, the Legislative School of Minas Gerais and São Paulo Legislative Assembly perform two different and seemingly opposite ways of parliamentary simulation. The analysis of these simulations in a comparative perspective shows that, despite the differences, there is a common goal to be shared: the political literacy. Aiming to preserve that goal, we propose a reading of the theoretical and methodological horizons of these two simulations.

Keywords: Youth Parliament. Education for Democracy. Political Literacy.

If democracy is to be deepened, reformed, and consolidated in the Americas, three broad challenges confront the mission of civic education. First, it must generate the demand from below, the broad civic pressure for the maintenance and improvement of democratic institutions and the attainment of more liberal and accountable governance. Second, it must develop citizens' capacity to make democracy work. This includes not only routine forms of political participation but also the skills and propensity to organize for a better, stronger, more just, and inclusive democracy. And third, it must nurture the values, norms, and practices that make democracy governable, offer support to democratic authorities, and restrain the intensity of political conflict. Together, they generate the tolerance, trust, civility, reciprocity, cooperation, respect for law, and passion for liberty that mark the democratic culture.

Larry Diamond - *Cultivating democratic citizenship* (1997).

¹ Uma primeira versão deste estudo foi apresentada no I Poiethos - Simpósio Nacional sobre Política, Ética e Educação, Unicamp/Campinas (2008), com o título Letramento político e *Parlamento Jovem*: dois modelos.

* Pós-doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais em 2007. Doutor em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul em 1998. Professor da Universidade Federal do Acre, Universidade Federal de Pelotas e Universidade Federal de Minas Gerais atuando na graduação e pós-graduação em Letras e Educação. Autor dos livros *Fronteiras Contaminadas - Literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970* (2007), *Letramento literário: teoria e prática* (2006), *O livro e o gênero* (2002), *Romance-Reportagem* (2001). Coordenador do Programa de Pós-Graduação do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor) da Câmara dos Deputados e pesquisador do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) da Faculdade de Educação da UFMG. E-mail: rildo.mota@camara.gov.br. SQN 314 bloco H Apart. 406 - Asa Norte. Brasília - DF - 70767080.

1 O Cenário

Promovida pelas mais diversas instituições no mundo inteiro, a simulação parlamentar é uma das mais bem-sucedidas ações de educação para a democracia que acontece usualmente fora do ambiente escolar ou com configuração extracurricular². Trata-se de um evento que imita o funcionamento de um parlamento na discussão de um tema ou proposta de ação, normalmente envolvendo público escolar. Ainda que não seja uma atividade exclusiva dos parlamentos³, raras são as casas legislativas de países democráticos que não apresentam alguma forma de simulação de seus trabalhos para estudantes. O Parlamento da Catalunha, por exemplo, realiza por meio da *Unitat d'extensió educativa del Parlament* três simulações de acordo com o nível de escolaridade dos participantes. Há, assim, o *El Parlament escolar* para a alunos do ciclo superior do primário, o *El Parlament estudiantil* para alunos do nível secundário, e *El Parlament Universitari* aberto a todos os estudantes das universidades da Catalunha. Na Finlândia, o *Youth Parliament* é promovido bianualmente pelo parlamento finlandês para alunos do 8º e 9º anos que integram os clubes parlamentares das escolas básicas (*comprehensive schools*). Na Índia, todas as escolas reconhecidas de educação secundária superior e ensino médio nos estados e territórios da União, assim como universidades, são chamadas a participar do *National Youth Parliament Competitions*, um concurso de simulações parlamentares. Os propósitos comuns dessas e de várias outras simulações parlamentares são aprofundar os conhecimentos sobre o funcionamento do Legislativo, oferecer um canal de expressão e desenvolver o interesse pela participação política como instrumentos de ampliação da cultura democrática entre os jovens. É isso que se pode ler, por exemplo, no Parlamento Jovem da Nova Zelândia, cuja proposta tem como objetivo “to help young people understand what goes on in the government and give them the

² Isso não significa que as escolas, de uma maneira geral, não promovam simulações parlamentares. Um exemplo é a simulação do funcionamento do Parlamento Europeu e suas comissões que faz parte de um dos módulos do programa de Mestrado em Estudos Europeus (Master in European Studies), promovido em consórcio pelas Università di Siena, Université de Montpellier I, Universidad de Salamanca, Universidade de Coimbra, Université de Strasbourg, Uniwersytet Jagiellonski, Panteion University Athens, Leibniz Universität Hannover, Universitatea din Oradea, Institut Libre Marie Haps, Universidade dos Açores, Università di Bologna (Forlì) e University of Maribor. No Brasil, a Universidade de Brasília, por meio do seu Instituto de Ciência Política (IPOL), realiza, desde 2002, o Politeia, uma simulação das atividades parlamentares que é parte de um programa de ensino, pesquisa e formação política, tendo como público os estudantes de graduação.

³ Há várias instituições que também realizam simulações parlamentares, a exemplo da Citizenship Foundation que realiza anualmente a National Youth Parliament Competition, no Reino Unido, e a Heinz-Schwarzkopf-Foundation que promove o European Youth Parliament quadrimestralmente, em várias capitais da Europa alternadamente.

opportunity to express their views and opinions to politicians, the government and the public” (NEW ZEALAND, 2008).

No Brasil, as câmaras municipais, as assembleias legislativas e a câmara federal desenvolvem com os mesmos fins programas de simulações parlamentares para o público escolar. Há, assim, o Vereador Estudante, promovido pela Câmara Municipal e Secretaria Municipal de Educação de Ouro Preto para alunos do Ensino Fundamental de 5ª a 8ª série. A Escola do Legislativo do Rio Grande do Sul oferece quadrimestralmente aos alunos de ensino Fundamental e Médio das escolas das redes pública e privada o Deputado por um Dia. A Câmara dos Deputados, por sua vez, reúne jovens secundaristas de todo o País nas suas dependências para a edição anual de seu Parlamento Jovem Brasileiro.

De um modo geral, vistos em conjunto, todos os programas de simulação parlamentar compreendem três etapas sucessivas: o período pré-sessão, que consiste na seleção e na preparação dos participantes para atuar como um vereador ou deputado; a sessão parlamentar em si mesma, que é o momento em que são realizados debates e tomadas decisões segundo os ritos parlamentares; e o período pós-sessão, que consiste nos encaminhamentos do que foi decidido na sessão. Todavia, vistos individualmente, cada programa tende a efetivar esse roteiro dentro de uma combinação singular.

No caso dos parlamentos brasileiros, há simulações que duram apenas algumas horas, como acontece com o Deputado Jovem, da Escola do Legislativo do Espírito Santo, e outras que se estendem por um ano, a exemplo do Câmara Jovem de Araras (SP). Há programas que, apesar de serem estaduais, atingem apenas os estudantes da capital, mas também há aqueles que buscam alcançar todo o estado, seja por meio de representantes regionais como faz o Parlamento Jovem, da Escola do Legislativo de Santa Catarina; seja através de um sistema bicameral, constituído de cinco Parlamentos Regionais Juvenis e do Parlamento Estadual Juvenil, conforme proposta do Parlamento Juvenil da Escola do Legislativo do Rio de Janeiro. Também há programas que dão aos jovens as mesmas atribuições de um parlamentar, funcionando como uma casa legislativa paralela, a exemplo do Câmara Jovem de São Domingos (SC), ao lado de programas que se preocupam em preparar o jovem para a vida pública, oferecendo, como faz o Parlamento Mirim da Escola do Legislativo da Paraíba, cursos de formação política, informática e língua estrangeira.

Dentro dessa variedade de configuração⁴, o Parlamento Jovem, da Assembleia Legislativa de São Paulo, e o Parlamento Jovem, da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, são duas simulações que apresentam características aparentemente opostas a despeito de adotarem a mesma denominação. O primeiro tem funcionado como inspiração e modelo para as demais casas legislativas, ocupando, por isso, a posição de padrão para as simulações parlamentares brasileiras⁵. O segundo é tão singular que pode ser lido como um contra modelo da proposta paulista.

2 O Modelo Paulista

O programa paulista funciona desde 1999, realizando uma sessão por ano, da qual participam, alternadamente, alunos da 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e alunos do Ensino Médio, em idade própria, tendo em vista que seria complexo misturar alunos de faixa etária muito diferenciada e grau de maturidade excessivamente diversificado. O objetivo é oferecer aos estudantes a experiência de assumir por um dia o papel de deputado estadual e, assim, obter conhecimento sobre a função e o funcionamento do Poder Legislativo, além de oferecer uma oportunidade de “discussão de questões que permeiam a vida em sociedade e na elaboração de propostas para solucioná-las” (ALESP, Manual do Candidato do Parlamento Jovem, 2008).

A seleção dos estudantes candidatos a uma das 94 cadeiras – o mesmo número disponível aos candidatos a deputados – acontece em duas etapas. A primeira se realiza quando o aluno apresenta um projeto de lei à escola, que deve escolher, entre os inscritos, apenas um projeto para representá-la junto à Assembleia. A segunda consiste no exame dos projetos por parte de uma comissão especial da Assembleia formada por servidores que selecionam, a partir de critérios técnicos, os 94 melhores trabalhos. Os projetos são publicados no Diário Oficial e também em um caderno especial que é distribuído durante o evento para todos os participantes.

Não há uma preparação especial para quem deseja participar do evento. Quando lançado o edital, o candidato precisa apenas preencher a ficha de inscrição e encaminhá-la à

⁴ Para um quadro mais detalhado dos programas de simulação parlamentar no Brasil e no exterior, incluindo organizações não-governamentais, verificar o nosso “Parlamento Jovem: o RPG educativo da democracia” (COSSON, 2008).

⁵ O Parlamento Jovem Brasileiro da Câmara dos Deputados, por exemplo, segue o modelo paulista e, com isso, termina por ampliar a influência dessa concepção do programa por todo o País.

escola. Naturalmente, as escolas mais interessadas fazem uma divulgação interna do evento e, com isso, aumentam as chances de seleção final do projeto. No momento da inscrição, o estudante precisa escolher um dentre os 12 partidos temáticos que são, na verdade, as comissões permanentes do Legislativo paulista: Partido da Agricultura, Partido da Cultura, Partido da Defesa do Consumidor, Partido dos Direitos Humanos, Partido da Educação, Partido do Emprego, Partido dos Esportes, Partido da Habitação, Partido da Juventude, Partido da Natureza, Partido da Saúde e Partido da Segurança Pública. Também deve apresentar sua proposta dentro da forma de um projeto de lei, para o qual há orientações para a elaboração no Manual do Candidato do Parlamento Jovem, e uma justificativa que poderá ser usada como discurso na defesa do projeto durante a sessão plenária.

Essa sessão, realizada no plenário da Assembleia, inicia-se com a posse dos estudantes, seguida do juramento e eleição da Mesa Diretora. Um dia antes, os estudantes são orientados sobre esses procedimentos, a votação no painel eletrônico e as dúvidas que tenham em relação ao evento, assim como a formação das chapas para a eleição da Mesa. Uma vez instalada a Mesa, os estudantes prosseguem com a sessão dando início aos trabalhos legislativos. Os projetos são apresentados e debatidos segundo os partidos temáticos e, ao final, são votados por todos os estudantes, requerendo-se deliberação aberta e nominal e presença da maioria absoluta dos membros do Parlamento Jovem. Os resultados são publicados em um encarte do Diário Oficial da Assembleia e encaminhados para as escolas e outras instituições.

3 O Contra Modelo Mineiro

Instituído em 2004, o Parlamento Jovem da Escola do Legislativo de Minas Gerais adota a estrutura de um seminário legislativo. Trata-se de um evento que reúne entidades representativas de determinado setor da sociedade para discutir questões de seu interesse e aprovar um documento com observações, propostas e solicitações a ser encaminhado para a Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Um seminário legislativo tem uma duração média de três dias, mas o documento votado no final é preparado em reuniões com até três meses de antecedência, reunindo várias entidades. Distingue-se, assim, das formas mais usuais de interação do Legislativo com a sociedade, tais como a audiência, o fórum e o debate público, que tendem a ser menos representativas em termos de número de entidades participantes e de tempo despendido.

Realizado anualmente, o Parlamento Jovem é promovido pela Escola do Legislativo em parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUCMG), envolvendo 20 alunos do curso de Ciências Sociais e 20 alunos de até dez escolas de Ensino Médio da região metropolitana de Belo Horizonte, metade das quais participará automaticamente da próxima edição. O programa começa com um curso de formação para alunos da PUCMG que atuarão como monitores e com o convite encaminhado pela PUCMG às escolas para que indiquem seus alunos e um tema que consideram interessante para debate.

Os dois temas mais citados são selecionados. Depois, há uma palestra que explicita a importância do tema feita por técnicos da Assembleia e um debate com todos os participantes. O tema vencedor é, posteriormente, subdividido em três subtemas em comum acordo entre as escolas e a equipe técnica do Parlamento Jovem para favorecer o processo de discussão e elaboração do documento final.

Uma vez selecionadas as escolas e o tema, os alunos participam de oficinas de entrosamento, mesa de debates sobre os subtemas do ano, oficina de redação para ensinar o formato do documento final, oficina de teatro para desenvolver a expressão em público e cursos sobre política e o Parlamento, preparando-se a sessão plenária. Além dessas atividades, os alunos começam a elaborar, com a ajuda dos monitores, propostas de ações para o poder público, as quais são posteriormente consolidadas por técnicos da Assembleia Legislativa e redistribuídas às escolas para constituir o documento final.

É esse documento que é discutido na sessão que acontece em duas etapas. Uma primeira em que o documento é discutido em grupos de trabalho temáticos para se obter uma prévia da redação final, em uma das salas da Escola do Legislativo. Uma segunda etapa, coordenada por um monitor da PUCMG e os alunos relatores de cada escola, que consiste na apreciação e votação no Plenário da Assembleia Legislativa do documento final. Esse documento, após aprovação pela maioria simples dos participantes, é encaminhado à Comissão de Participação Popular da Assembleia Legislativa, que o analisa e faz a sua tramitação no âmbito do Poder Legislativo.

4 A despeito das Diferenças: o letramento político

Simulação da atividade do parlamentar, o Parlamento Jovem paulista centra-se sobre a ação legiferante, privilegiando a construção de projetos de lei como instrumento de debate das questões públicas. Simulação de um seminário parlamentar, o Parlamento Jovem mineiro

troca a personificação do papel do parlamentar pela participação da sociedade civil organizada, canalizando as demandas dos jovens para um documento-proposta.

No programa paulista, o jovem escolhe o que deseja discutir livre e individualmente e, tendo aprovada sua proposta, consegue pôr em evidência as questões da sua rua, do seu bairro, da sua escola e da sua cidade. No programa mineiro, as discussões são conduzidas desde o início para um único tema e as propostas não possuem autoria, pois passam por um processo de coletivização e depuração no documento final.

Os estudantes paulistas são de um mesmo nível de escolaridade e orientados brevemente quanto aos procedimentos formais da sessão que irão simular, sendo que todos os participantes têm o mesmo *status* do começo ao fim do processo, com exceção dos eleitos para a mesa diretora. Os estudantes mineiros são universitários e secundaristas, os primeiros ocupando o posto de monitores dos segundos, além de todos passarem por um processo relativamente longo de instrução e preparação para a sessão final.

A simulação paulista tem um caráter meramente instrutivo, ou seja, os projetos aprovados são apenas divulgados como questões que interessam e preocupam os jovens do evento, ainda que alguns deles tenham sido efetivamente usados por deputados para a apresentação de proposições legislativas⁶. A simulação mineira tem um caráter mais participativo, uma vez que o documento final aprovado é encaminhado à Comissão de Participação Legislativa, a qual analisa as demandas e as encaminha, segundo as suas características proposicionais legislativas, como audiências públicas, requerimentos ao Executivo e projetos de leis.

A despeito dessas e outras diferenças, tanto o Parlamento Jovem paulista quanto o mineiro são, essencialmente, processos educativos que buscam oferecer aos seus participantes a oportunidade de se apropriar de conhecimentos, práticas e valores democráticos, constituindo-se, dessa forma, em programas exemplares de letramento político⁷. É assim que ambos compartilham a preocupação em levar aos alunos participantes informações

⁶ No primeiro número do Parlamento Paulista – Revista da Assembleia Legislativa Paulista encontra-se um artigo em que se relata que um dos projetos apresentados no Parlamento Jovem foi posteriormente “apadrinhado” por um deputado que usou a proposta de um estudante para apresentar uma proposição ao legislativo estadual - Projeto de lei 847/2005 (NO PARLAMENTO..., 2005).

⁷ Estamos concebendo letramento político, a partir da definição dada por Bernard Crick (c1998) somada à de multiletramento (THE NEW LONDON GROUP, 1996), como “o processo de apropriação de práticas, conhecimentos e valores para a manutenção e aprimoramento da democracia” (COSSON, 2008, p. 195).

sistematizadas sobre o funcionamento do Legislativo e a vida política do Estado. No caso do programa paulista, esse conhecimento trata dos mecanismos de construção das leis por meio do regimento interno adaptado ao evento e da estrutura das comissões transformadas em partidos políticos. No caso do programa mineiro, há o curso de formação política para os universitários que aborda temas como democracia, cidadania, organização e funções do Poder Legislativo, participação política e mecanismos de participação política. Há, também, as oficinas de capacitação destinadas a todos os participantes que tratam, entre outros temas, da estrutura e funcionamento do parlamento mineiro, além de uma visita guiada à Assembleia.

Ao encenar uma sessão parlamentar e um seminário legislativo, as duas simulações levam os participantes a desenvolver habilidades de pesquisa, debate e negociação aplicadas à vida pública. Seja na montagem de seu projeto de lei e justificativa para o Parlamento Jovem paulista, seja na eleição do tema e nas diversas fases de elaboração do documento final para o Parlamento Jovem mineiro, os alunos aprendem a fazer escolhas e a redigir e justificar propostas, refletindo sobre as questões relevantes de sua sociedade. Na sessão plenária dos dois programas, eles desenvolvem a capacidade de argumentar na defesa de suas ideias, de debater com respeito à opinião divergente e de comprometer-se com a vontade da maioria, além de entender melhor como as decisões são tomadas no âmbito do Legislativo.

Junto aos conhecimentos sobre a vida política e às práticas democráticas de discussão e construção da vida em comum, os estudantes terminam por reconhecer durante e após o Parlamento Jovem o impacto das suas palavras e ações sobre os outros; a necessidade de resolver os conflitos por meio do debate, da cooperação e da ação coletiva; a importância de respeitar a posição do outro como legítima e relevante para o desenvolvimento de sua própria compreensão do mundo; e a existência fundamental de regras comuns a todos nas relações sociais. Em outras palavras, eles acabam absorvendo os valores de liberdade, equidade, justiça social e solidariedade que sustentam uma sociedade democrática.

Não é sem razão, portanto, que os alunos participantes são unânimes em afirmar, nos depoimentos que deixam ao final do evento, que a experiência do Parlamento Jovem foi transformadora de sua perspectiva sobre o Legislativo e a vida política em geral. Também não acontece por acaso o desenvolvimento do interesse desses jovens em participar da vida pública, quer no âmbito escolar, assumindo os grêmios estudantis e entidades semelhantes; quer se engajando em campanhas cívicas ou trabalhando em organizações não

governamentais; quer, ainda, entrando diretamente para a política partidária, integrando comitês ou candidatando-se ao posto de vereador.

É por essa razão que, a despeito das suas diferenças, modelo e contra modelo do Parlamento Jovem se revelam como experiências simultaneamente similares e singulares de letramento político ao proporcionar aos jovens estudantes paulistas e mineiros conhecimentos, práticas e valores democráticos. Ambos cumprem, assim, no seu limite, o ideal de John Dewey quando afirma a necessidade de “nos desprender do hábito de conceber a democracia como algo institucional e externo” e tomá-la como uma forma pessoal de vida individual, compreendendo que “o propósito da democracia é e será sempre a criação de uma experiência mais livre e mais humana, na qual todos participam e para a qual todos contribuem” (DEWEY, [200-?]).

Referências

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE SÃO PAULO. *Parlamento Jovem*. São Paulo, SP, 2008. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/portal/site/alesp>> Acesso em: 5 jun. 2008.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. *Parlamento Jovem 2008*. Belo Horizonte, 2008. Disponível em: <http://www.almg.gov.br/index.asp?grupo=escola_legislativo&diretorio=escola&arquivo=escola_parlamento> Acesso em: 4 jun. 2008.

CATALUNYA. Parlament de Catalunya. Educative services. *Unitat d'extensió educativa del Parlament*. Catalunya, 2003-2009. Disponível em: <<http://www.parlament.cat/portal/>>. Acesso em: 10 maio 2007.

CENTRE FOR SCHOOL CLUBS (Finlândia). *Youth Parliament*. Helsinki, 2007. Disponível em: <http://www.kerhokeskus.fi/en/citizenship_education> Acesso em: 12 maio 2007.

CENTRO DI RICERCA SULL'INTEGRAZIONE EUROPEA. *The Master in European Studies*. Siena, Italy, 2009. Disponível em: <<http://www.mastercrie.unisi.it/teaching-programme/simulations>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

CITIZENSHIP FOUNDATION. *National Youth Parliament Competition UK*. London, UK, 2007. Disponível em: <<http://www.citizenshipfoundation.org.uk/nypc>> Acesso em 20 maio 2007.

CRICK, Bernard. *Education for Citizenship and the Teaching of Democracy in Schools*. Final report of the Advisory Group on Citizenship. London: Qualifications and Curriculum Authority (QCA). London, c1998. Disponível em: <http://www.qca.org.uk/libraryAssets/media/6123_crick_report_1998.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2007.

DEWEY, J. Creative Democracy – The task before us. *Later Works*, v. 14, p.224-230, [200-?]. Disponível em < http://mypage.siu.edu/hartmajr/pdf/creative_democracy_v2.pdf >. Acesso em: 5 set. 2007. First published in: *John Dewey and the Promise of America*, Progressive Education Booklet n. 14 (Columbus, Ohio: American Education Press, 1939).

DIAMOND, Larry. Cultivating democratic citizenship: education for a new century of democracy in the Americas. *Social Studies*, v. 88, n. 6, p. 244-251, nov./dez. 1997. Disponível em: <<http://www.eric.ed.gov/ERICWebPortal/recordDetail?accno=EJ557570>>. Acesso em: 15 mar. 2007.

GOVERNMENT OF INDIA. Ministry of Parliamentary Affairs. *National Youth Parliament Competitions*. Índia, 2007. Disponível em: <<http://mpa.nic.in/result1.htm>> Acesso em: 10 maio 2007.

NEW ZEALAND. Ministry of Youth Development. *Aotearoa Youth Voices. New Zealand's Youth Parliament*. New Zealand, 2008. Disponível em: <<http://www.myd.govt.nz/ayv/youthparliament/youthparliament.aspx>>. Acesso em: 6 maio 2008.

NO PARLAMENTO JOVEM, trabalho é a preocupação. Parlamento Paulista. *Revista da Assembleia Legislativa de São Paulo*, São Paulo, n. 1, p. 17-20, dez. 2005.

THE EUROPEAN YOUTH PARLIAMENT. Disponível em: <<http://www.eypej.org/>>. Acesso em: 20 maio 2007.

THE NEW LONDON GROUP. A Pedagogy of Multiliteracies: designing social futures. *Harvard Educational Review*, v. 66, n. 1, Spring, 1996. Disponível em: <http://wwwstatic.kern.org/filer/blogWrite44ManilaWebsite/paul/articles/A_Pedagogy_of_Multiliteracies_Designing_Social_Futures.htm>. Acesso em: 10 mar. 2007.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Instituto de Ciência Política. *Projeto Politeia*. Brasília, DF, 2009. Disponível em: <http://www.ipol.unb.br/index.php?option=com_content&view=article&id=143&Itemid=163>. Acesso em: 10 jul. 2009.